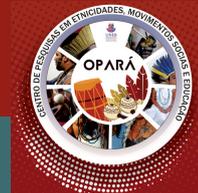


apresentação



É com grande entusiasmo que apresentamos este número comemorativo da Opará - Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação.

Chegamos nessa Edição Comemorativa ao décimo número do periódico, evidenciando a consolidação e continuidade em nossa missão de associar qualidade acadêmica ao comprometimento ético e político necessários para toda e qualquer empreitada intelectual.

Inicialmente apresentamos o nosso Centro de Pesquisas, fornecido pela sua Assessoria de Comunicação e também disponibilizado em seu espaço virtual, cujo endereço <www.oparauneb.com/> indicamos a todas nossas leitoras e leitores para a apreciação e divulgação, no intuito de divulgar os diversos trabalhos desenvolvidos pelas pessoas que compõem o Opará UNEB, dos quais nós também somos componentes.

Trazemos uma participação do artista plástico design, ilustrador, motion design e grafiteiro sertanejo Dom Guto, que tem feito diversas intervenções culturais populares em Feira de Santana, sertão da Bahia. Um trabalho que vale a pena ser divulgado e apreciado enquanto exemplo de militância política e atuação cultural efetuada pela juventude nordestina.

Os textos que compõem este número demonstram com maestria as complexidades inerentes à prática de pesquisa versando sobre temas como novas epistemologias no Ensino Superior, políticas de patrimônio cultural imaterial, disputas e políticas de produção de conhecimento dentro da Antropologia e ainda a relação entre Universidade e Comunidades em processos de formação de professores indígenas.

O artigo que abre a nossa edição comemorativa **“Formação de Professores e Professoras Indígenas no Chão das Aldeias do Norte e Oeste da Bahia”** foi escrito por Floriza Maia Sena cientista social e professora da Universidade do Estado da Bahia e coordenadora da Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena - LICEEI e por Anny Carneiro Santos mestra em Direitos Humanos e assessora da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. No texto, as autoras partem de suas experiências na Ação Saberes Indígenas voltado para a Formação de Professores Indígenas e refletem sobre os múltiplos desafios no fortalecimento de uma educação escolar específica e intercultural. Com o foco na Ação Saberes Indígenas no Território Etnoeducacional Yby Yara as autoras analisam entraves institucionais na avaliação e implementação do programa, desafios na produção e materiais didáticos específicos e contextualizados e dialogam com os próprios indígenas para tecer uma reflexão sobre epistemologias que nasçam diretamente do chão das aldeias.

Em **“Do inusitado à subversão: A escrita acadêmica xacriabá como resistência intelectual”**, artigo da antropóloga Amanda Jardim, atualmente discente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, nos leva a refletir a partir de sua pesquisa sobre os desafios da inserção de acadêmicos indígenas no Ensino Superior. Jardim acompanha a trajetória intelectual da liderança indígena Célia Xacriabá refletindo sobre o potencial que sua escrita acadêmica, orientada por elementos encontrados majoritariamente na oralidade, como o português xakriabá e as Loas, tem em provocar reações inusitadas e estranhamentos ao se deparar com a rigidez do português da escrita considerada científica. A autora aponta para diferentes registros de expressividade em torno do português e reflete em um texto dialógico sobre caminhos para a subversão e decolonização da escrita acadêmica hegemônica e de parâmetros coloniais que marcam a Universidade.

Em nosso terceiro artigo, **“O Jongo Folclórico de Bias Fortes e as narrativas do patrimônio cultural”**, a cientista social e Mestra em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Cláudia Fantini, reflete sobre os desencontros entre a política de patrimonialização do IPHAN e a complexidade no trabalho de classificação e registro de práticas culturais. A autora centraliza sua análise no Jongo Folclórico de Bias Fortes e constrói seu argumento a partir de diálogos teóricos, fontes documentais e de seu próprio trabalho de campo. No texto, Fantini historiciza o processo de patrimonialização do Jongo no Sudeste e faz uma rica discussão sobre as relações estabelecidas entre o IPHAN e as comunidades e sobre o modo como a política de classificação de práticas produz narrativas que ressaltam alguns elementos em detrimento de outros podendo construir verdades limitantes acerca dos objetos patrimoniais.

Lidiane Alves, doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Goiás, é a autora do nosso quarto artigo **“Antropologia: um território em disputa”**. Em seu texto, Alves utiliza de uma escrita ensaística para produzir uma discussão teórica de fôlego sobre a “antropologia enquanto um território em disputa pelos grupos historicamente localizados como objetos de pesquisa”. A partir da entrada de indígenas, negras e negros e quilombolas em cursos de Antropologia a autora reflete sobre as metaformoses que vêm ocorrendo na disciplina suscitadas por disputas em torno de espaço, metodologias, epistemologias e posturas políticas.

Desejamos a todas e a todos uma boa leitura!

Felipe Sotto Maior Cruz

Universidade do Estado da Bahia - Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena – LICEEI, Paulo Afonso; Universidade de Brasília

Carleandro de Souza Dias

Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação e Ciências Campus VIII – Paulo Afonso; Faculdade Dom Luis de Orleans e Bragança – Ribeira do Pombal, Bahia.